



Comissão de Economia, Obras Públicas,  
Planeamento e Habitação

Registo: E\_COM6XV/2022/31  
Data: 01-07-2022

Exmo. Senhor Presidente  
da Comissão de Economia, Obras Públicas,  
Planeamento e Habitação  
Deputado Afonso Oliveira

**Assunto: Requerimento para audição, com carácter de urgência, do Ministro das Infraestruturas e da Habitação, Pedro Nuno Santos**

No dia 29 de junho de 2022 pela manhã, foram veiculadas pela comunicação social notícias sobre a queda do concurso para avaliação ambiental do novo aeroporto de Lisboa por parte do Governo.

A queda deste concurso surge na sequência da descoberta por parte da Iniciativa Liberal do facto de o consórcio vencedor do concurso, que faria a avaliação ambiental estratégica do novo aeroporto de Lisboa, incluir a Ineco, uma empresa participada da Enaire, que por sua vez detém 51% da Aena, a gestora do espaço aéreo espanhol, o que configuraria um conflito de interesses uma vez que essa empresa é gestora do hub aeroportuário de Madrid.

Nesse mesmo dia 29 de junho de 2022 à tarde, surgem notícias que o Governo avança para o aeroporto no Montijo, mas que planeia também nova infraestrutura em Alcochete. Num despacho assinado pelo secretário de Estado das Infraestruturas, Hugo Santos Mendes, os portugueses foram informados pelo Ministério das Infraestruturas e da Habitação, que a primeira fase iria consubstanciar-se na construção da estrutura aeroportuária complementar no Montijo, que estaria pronta quatro anos após o início das obras que seriam iniciadas em 2023. Concluída esta primeira fase, ocorreria uma segunda onde seria retomado o projeto de construção do novo aeroporto no Campo de Tiro de Alcochete, como foi equacionado no final da década passada antes da privatização da ANA, mas com uma nova avaliação ambiental.



Contudo, na manhã do dia 30 de junho de 2022, i.e., na manhã seguinte ao despacho do Ministério das Infraestruturas e da Habitação, é emitido um comunicado por parte do primeiro-ministro que determina a revogação do despacho da véspera sobre aeroporto de Lisboa. Nele, o primeiro-ministro "determinou ao Ministro das Infraestruturas e da Habitação a revogação do Despacho ontem publicado sobre o Plano de Ampliação da Capacidade Aeroportuária da Região de Lisboa", afirmando ainda que "a solução tem de ser negociada e consensualizada com a oposição, em particular com o principal partido da oposição e, em circunstância alguma, sem a devida informação prévia ao senhor Presidente da República", acrescentando que "compete ao primeiro-ministro garantir a unidade, credibilidade e colegialidade da ação governativa".

Perante estas notícias, é do máximo interesse público apurar quais as intenções do Governo para a capacidade aeroportuária de Lisboa. Em particular, é relevante saber quais os motivos que levaram à solução que surgiu no despacho, que pareceres técnicos foram feitos, para quantos anos esta solução estava programada, quais os custos e quais os benefícios económicos estimados da mesma. É imperativo que esta situação seja esclarecida de forma cabal e que seja apurado qual o plano do Governo relativamente ao novo ou novos aeroportos de Lisboa. Isto justifica-se, porque para além do impacto económico desta infraestrutura, ela terá também um enormíssimo impacto a nível social, ambiental e, sobretudo, a nível da coesão territorial nacional.

Nestes termos, os Deputados abaixo-assinados, do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal, vêm requerer, nos termos regimentais aplicáveis, que a Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação promova a audição urgente de Pedro Nuno Santos.

Palácio de São Bento, 1 de julho de 2022

Os Deputados da IL

Carlos Guimarães Pinto

Carla Castro

Patrícia Gilvaz



Joana Cordeiro

Bernardo Blanco

João Cotrim Figueiredo

Rodrigo Saraiva

Rui Rocha